

## -XXI -

## A DISCIPLINA DE POLÍTICA EDUCACIONAL NOS CURSOS DE PEDAGOGIA DE INSTITUIÇÕES PÚBLICAS EM GOIÁS

**Livia Cristina Ribeiro dos Reis**

Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Goiás – Brasil

[livia.reis@ifg.edu.br](mailto:livia.reis@ifg.edu.br)

### Introdução

Pesquisar sobre o ensino de Política Educacional no processo de formação de professores é algo relevante visto que tal disciplina pode proporcionar a compreensão crítica sobre aspectos fundamentais da educação brasileira.

A revisão bibliográfica realizada demonstrou a existência de poucos estudos relacionados ao ensino de Política Educacional e à formação de pesquisadores para esse campo. Dentre os trabalhos identificados destacam-se os estudos dos pesquisadores Jefferson Mainardes e Silvana Stremel no âmbito da Rede Latinoamericana de Estudos Epistemológicos em Política Educativa (ReLePe).

O propósito da pesquisa é caracterizar a disciplina Política Educacional em cursos de Pedagogia de instituições públicas goianas, a saber: Instituto Federal de Goiás (IFG); Instituto Federal Goiano (IFGOIANO); Universidade Estadual de Goiás (UEG); Universidade Federal de Goiás (UFG). O trabalho pretende contribuir para as discussões sobre o ensino de Política Educacional e sobre a formação inicial de pesquisadores para esse campo.

### Desenvolvimento

Inicialmente a análise documental realizada considerou três aspectos: nomenclatura, carga horária e período de oferta. Tais informações estão detalhadas na tabela abaixo.

**Tabela 1:** Caracterização geral das disciplinas

Instituição	Disciplina	Carga Horária	Período
A	Políticas Educacionais e Educação Básica	80h	5º
B	Políticas da Educação	54h	5º
C	Políticas Públicas na Educação Brasileira	40h	1º
D	Políticas Educacionais	60h	5º

No tocante à denominação, observa-se que não existe uma nomenclatura única para a disciplina em questão. Os quatro cursos analisados apresentam títulos diferentes para a disciplina. Num primeiro momento, as nomenclaturas parecem semelhantes entre si. Entretanto, uma análise mais cuidadosa nos permite visualizar que cada uma dessas denominações guarda em si a possibilidade de diferentes ênfases no tocante ao estudo de Política Educacional. Podemos observar que a denominação da instituição A nos leva a crer que essa disciplina enfatiza a análise das políticas educacionais especificamente na Educação Básica. Enquanto isso a nomenclatura atribuída pela instituição C possibilita o entendimento de que a disciplina apresenta um percurso analítico mais abrangente das Políticas Públicas na Educação Brasileira.

Com relação à carga horária nota-se uma grande disparidade entre as disciplinas analisadas. Estudos posteriores devem se debruçar na interpretação dessa questão, visto que podem existir algumas hipóteses para tal disparidade, tais como a existência de disciplinas correlatas na matriz curricular ou mesmo a presença de tópicos de estudo de Política Educacional em diferentes disciplinas ao longo do curso.

No que se refere ao período em que a disciplina é ofertada identificamos que a maioria dos cursos analisados apresenta como sugestão de fluxo curricular ao estudante a inserção da discussão sobre Política Educacional no início da segunda metade do curso. Chama atenção a opção da instituição C em ofertar a disciplina já no primeiro semestre de curso, momento em que normalmente os estudantes ainda estão se aproximando de conceitos prévios fundamentais para o estudo das políticas educacionais.

Posteriormente a análise documental desenvolvida considerou outros dois aspectos importantes: ementa e bibliografia. Para Mainardes e Stremel (2015) as ementas revelam aspectos importantes sobre como as disciplinas de Política Educacional são concebidas nos currículos dos cursos de Pedagogia. Entretanto, os autores alertam que, na prática, tais ementas são ajustadas à realidade do professor responsável, bem como da realidade das turmas e características da instituição.

A análise das ementas possibilitou a identificação de palavras recorrentes, conforme detalhamento registrado na tabela a seguir. De maneira geral, os termos mais recorrentes nas ementas são os seguintes:

**Tabela 2:** Palavras mais citadas nas ementas

<b>Palavras</b>	<b>Repetições</b>
Educação	15
Política	13
Estado	6
Educação Básica	4
Sociedade	3
Estrutura	3
Organização	3

No tocante às ementas analisadas foi possível observar que guardam entre si mais convergências do que pontos divergentes, ou seja, os conteúdos comuns entre os cursos são mais perceptíveis do que tópicos isolados.

Mainardes e Stremel (2015) alegam que utilizar um livro para a disciplina Política Educacional é algo complexo, pois se trata de uma disciplina abrangente, que envolve uma grande diversidade de temáticas. Além disso, os autores nos lembram que uma parte do conteúdo da disciplina refere-se a aspectos legais que são bastante dinâmicos e que demandam constante atualização.

Nossa análise documental identificou que as referências mais citadas na bibliografia foram:

**Tabela 3:** Referências mais frequentes nas ementas

<b>Título</b>	<b>Autor(es)</b>
Educação escolar: políticas, estrutura e organização	LIBÂNEO; OLIVEIRA; TOSCHI, 2003
A Educação como Política Pública	AZEVEDO, 1997
Políticas Públicas e Educação Básica	DOURADO; PARO, 2001
Estado e políticas (públicas) sociais	HOFLING, 2001
Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional	BRASIL, 1996

Nota-se que as referências mais citadas no estado de Goiás estão incluídas no rol bibliográfico mais frequente entre as disciplinas de Política Educacional em cursos de Pedagogia no contexto nacional de acordo com o que foi demonstrado por Mainardes e Stremel (2015).

### Conclusões

A análise documental desenvolvida constituiu-se como uma primeira aproximação com o tema e demonstrou a necessidade de um estudo mais detalhado para o aprofundamento da compreensão da identidade da disciplina de Política Educacional nos cursos de licenciatura.

A pesquisa possibilitou algumas conclusões: 1) existência de várias nomenclaturas utilizadas para denominar a disciplina; 2) a disciplina costuma ser ofertada no início da segunda metade do curso; 3) existe disparidade expressiva de carga horária entre os casos estudados; 4) as ementas e as bibliografias analisadas guardam mais convergências do que pontos divergentes.

O presente estudo exploratório possibilitou as primeiras aproximações com o tema visando o desenvolvimento de uma pesquisa mais ampla que tem por objetivo analisar o ensino de Políticas Educacionais nos cursos de licenciatura de instituições públicas e privadas do estado de Goiás. Sugerimos a construção coletiva de uma agenda de pesquisa em torno desse objeto de estudo partindo das seguintes inquietações: Quais os conteúdos explicitados nas ementas de disciplinas relacionadas às políticas educacionais? Quais as referências bibliográficas mais utilizadas e o que justifica tais escolhas? O que

revelam os planos de ensino sobre o que pretendemos ensinar aos estudantes das licenciaturas? São inquietações válidas para orientar trabalhos futuros nessa área.

### Referências

- AZEVEDO, J. M. L. **A educação como política pública**. Campinas: Autores Associados, 1997.
- BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (9394/1996).
- DOURADO, L. F.; PARO, V. H. **Políticas públicas e educação básica**. São Paulo: Xamã, 2001.
- HOFLING, E. Estado e políticas (públicas) sociais. **Cadernos Cedes**, ano XXI, p. 30-41, n.55, nov. 2001.
- LIBÂNEO, J. C.; OLIVEIRA, J. F.; TOSCHI, M. S. **Educação escolar: políticas, estrutura e organização**. São Paulo: Cortez, 2003.
- STREMEL, S.; MAINARDES, J. A disciplina Política Educacional em Cursos de Pedagogia no Brasil: primeiras aproximações. **Jornal de Políticas Educacionais**, Curitiba, v. 9, n. 17-18, p. 137-155, 2015.